

# Parlamentaristas podem votar pelos quatro anos

## Sem acordo prévio, Comissão de Sistematização vai definir amanhã o mandato de Sarney

REJANE OLIVEIRA  
Da Editoria de Política

ses concretas aos que apóiam o período preferido por Sarney. Saram canais de televisão (para o deputado João Cunha), empregos (gerência da CEF para um afiliado político do pefelista Antônio Ferreira) e verbas diversas a serem distribuídas entre os governadores considerados fiéis. No último caso, o objetivo é abafar iniciativas rebeldes como a que foi ensaiada na reunião secreta do Rio de Janeiro, onde os governadores chegaram a abraçar a tese de eleições presidenciais já em abril, livrando-se assim do incômodo parlamentarismo. Os resultados já se fazem sentir: o paulista Orestes Quercia chegou a solicitar encontro com o Presidente — com quem almoçou ontem — para reafirmar solenemente a defesa do mandato de cinco anos.

barrar no que chama de "intransigência" de Sarney em relação ao regime de governo. O ex-governador do Paraná faz parte do grupo de parlamentaristas que seriam capazes de aprovar até uma década de mandato, desde que recebessem do Planalto o aval para a implantação do sistema de gabinete, ainda que em módicas prestações anuais.

Como o Presidente deixou claro que não negociava nada, parte deste grupo aderiu à defesa dos quatro anos. O suficiente para, asseguram seus integrantes, reequilibrar as forças dentro da Sistematização, que há alguns dias tendiam claramente para o período preferido pelo governo. Na avaliação do senador Mário Covas, o líder dos quatroanistas, o jogo está tecnicamente empatado: ganha quem conseguir sensibilizar os indecisos. "Seja qual for o resultado, a diferença não será superior a dois ou três votos", previu.

Na véspera da votação, todas as atenções hoje estarão concentradas justamente sobre o grupo de indefinidos, composto basicamente pelos parlamentaristas que temem pela sorte deste regime se passar o mandato de quatro anos. Como argumenta o senador José Fogaça, com eleições no próximo ano, o parlamentarismo não teria tido tempo de se consolidar e todos os candidatos passariam a fazer campanha contra o novo sistema, terminando por inviabilizá-lo. Convencido do contrário, o líder do PMDB em mantê-lo nesta preocupação é o objetivo dos quatroanistas, de um lado, e dos cincoanistas do outro.

Além de tentar aliciar os indecisos, os dois grupos estarão concentrados hoje na definição das estratégias de votação dos destaques. O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, está empenhado em que a sua emenda seja votada em primeiro lugar, o que prejudicaria automaticamente a proposta dos quatro anos. Já o senador Mário Covas tentará fazer o mesmo em relação à emenda popular convocando

eleições diretas para 88 — que vem respaldada por cem mil assinaturas de todos os estados. Neste esforço, terá a ajuda dos partidos de esquerda — especialmente o PDT e o PT, cujos candidatos a presidente (Brizola e Lula) já estão com as campanhas praticamente na rua.

se votarem pelos cinco anos. "Toda a Nação deseja eleições para Presidente de imediato. Não aprová-las, pois, será um ato de hostilidade para com o sentimento popular, o que terá consequências" — frisa Camargo.

A maior dificuldade para um cálculo preciso da votação é o PFL. O líder do partido, deputado José Lourenço (BA), garante que só Sandra Cavalcante (RJ) e Alcenir Guerra (PR) votarão pelos quatro anos.

Considerado o principal especialista em votações no plenário, o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ) afirmou que o mandato de

o mandato do presidente José Sarney foi reduzido para cinco anos pela Comissão de Organização dos Poderes. Passou para seis pelas mãos do relator Bernardo Cabral. Mas é somente amanhã, quando a Comissão de Sistematização começa a votar as disposições transitórias do projeto constitucional, que se saberá mais nitidamente qual será a duração do atual governo. Afinal, na votação final em plenário, só 230 votos conseguirão derrubar o que vier a ser aprovado amanhã.

Ao contrário de outros assuntos polêmicos da Constituinte, o mandato presidencial chega à votação sem acordo prévio. Quatroanistas e cincoanistas estão dispostos a bater chapa na Sistematização. A última tentativa de entendimento fracassou ontem pela manhã, durante reunião entre o ministro Ronaldo Costa Couto e um grupo de parlamentaristas, no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, o chefe do Gabinete Civil deixou claro que o presidente Sarney não pretende negociar o regime de governo em troca da aprovação do mandato de cinco anos. Está convencido de que vence de qualquer maneira na Comissão e ainda pretende derrubar o parlamentarismo no plenário.

Desde o início da semana, quando recebeu o resultado de uma pesquisa realizada entre os membros da Sistematização a respeito da duração do seu mandato, o Presidente da República decidiu jogar duro a favor dos seus interesses. Além de convidar diversos parlamentares ao seu gabinete, ainda utilizou seguidamente o telefone num trabalho de proselitismo destinado a assegurar o quinto ano de governo. Na quarta-feira passada — em que pesem os desmentidos — recomendou ao portavo- z que abrisse o jogo para a imprensa: a partir de amanhã, vai governar apenas com os amigos (leia-se:

so os cincoanistas mantendo seus cargos na administração. Os demais terão seus protegidos sumariamente demitidos). Um recado claro, como se vê.

Mas o Planalto não ficou só no recado. Ainda ontem, os jornais passaram a noticiar a concessão de bene-

mas se a ofensiva do governo tem atraído muitos aliados novos, também tem feito o Presidente perder amigos. O senador José Richa é o mais notório deles. Já chegou a defender os seis anos de mandato, mas tornou-se um ardoroso defensor das diretas-já ao es-

GIVALDO BARBOSA



Costa Couto e Richa: sem acordo, parlamentaristas podem decidir o jogo

# Negociação de Couto com PMDB fracassa

Se o presidente José Sarney tinha certeza da vitória na Comissão de Sistematização, aprovando cinco anos de mandato para o seu Governo certamente ficou mais preocupado ontem após ouvir o relato do ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que esteve no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, para um encontro com os parlamentaristas. Classificado por Egídio Ferreira Lima como "um muro de lamentações", devido as críticas ao Governo.

Foi, segundo os participantes do encontro, "uma reunião dura", com os parlamentaristas batendo firme no Governo, especialmente o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que, com todas as palavras, afirmou a Ronaldo Costa Couto: "Não acredito mais em acordo com o Governo; se o acordo houver, não acredito que seja cumprido; portanto, votarei com os quatro anos".

Embora menos contundente que Fernando Henrique Cardoso, até porque não descarta ainda a possibilidade de um entendimento com o Palácio do Planalto, o senador José Richa criticou o posicionamento do Governo, de fechar todas as portas para a concretização de um acordo sobre sistema de governo e mandato presidencial.

Os parlamentaristas que estiveram no encontro com Ronaldo Costa Couto (José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Egídio Ferreira Lima, Antônio Britto, Chi-

co Pinto, Mário Lima, Arthur da Távola, Nelson Carneiro, Virgíldio de Sena), com exceção de Fernando Henrique Cardoso são favoráveis aos cinco anos, se for firmado um acordo com o Governo. Se não, pretendem engrossar a fileira dos que votarão nos quatro anos para o presidente José Sarney.

Os participantes da reunião colocaram para o ministro que o parlamentarismo é a melhor alternativa para enfrentar a crise política e econômica que vive o País. Assim, defenderam a implantação desse sistema de governo a partir de março de 88. Definido isto, a questão do mandato do presidente Sarney ficaria para um segundo plano, podendo o grupo parlamentarista apoiar os cinco anos. Apenas o senador Fernando Henrique Cardoso demonstrou pessimismo em relação à possibilidade de um acordo.

Não acredito mais em acordo com Sarney. Além disso, estes acordos não são cumpridos — afirmou Fernando Henrique, dirigindo-se ao ministro Costa Couto.

O deputado Chico Pinto deixou a reunião desanimado, comentando que as negociações não tinham evoluído.

Incrível é que o ministro não tem propostas. Ele apenas ouviu nossos argumentos, lembrando que não estava credenciado para negociar. Foi uma conversa na frente do espelho. Quando falou, ele apenas repetiu os velhos argumentos em favor do presidencialismo, como inexistência de partidos fortes, burocracia despreparada etc.

# A "soberania restrita" já está de volta

Uma manobra de última hora, para confundir os constituintes e tentar restabelecer todo o conceito de soberania restrita nas terras indígenas, era assim que muitos parlamentares encaravam, ontem, as tentativas feitas durante todo o dia por um pequeno grupo de membros da Comissão de Sistematização, no sentido de conseguir adesões para mudar todo o capítulo sobre os índios, que deverá ser votado hoje.

As articulações eram feitas pela chamada "ala esquerda da Sistematização" (PC do B, PT e PCB), com a adesão de alguns representantes do PMDB e do PFL historicamente vinculados às posições de CNUB e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). O texto sugerido para um "acordo interpartidário" altera completamente a proposta do relator Bernardo Cabral e foi elaborado a partir de emendas já derrotadas em etapas anteriores dos trabalhos da Constituinte.

O deputado Alcei Guerra (PFL-PR), um dos mais ativos articuladores para a troca de texto, chegou a ser relacionado no dossiê de denúncias feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo contra o senador internacional para restringir a soberania nacional sobre as áreas indígenas e impedir que o País aproveitasse suas riquezas minerais, como um dos parlamentares ligados ao CIMI.

As propostas de mudanças alcançam todos os artigos do capítulo dos índios, do 261 ao 264. A tese da soberania restrita, que o CIMI tentou introduzir no texto constitucional por meio de uma emenda popular (que foi rejeitada), retorna na redação proposta para o artigo 262 e seus parágrafos.

"As terras ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente — propõe o texto que os parlamentares ligados ao CIMI tentavam viabilizar ontem, no artigo 262 — cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo, dos cursos fluviais e de todas as utilidades nelas existentes".

A expressão "riquezas naturais do solo" abrangeria todas as possibilidades de aproveitamento ou exploração tanto do solo quanto do subsolo. A inclusão dos cursos fluviais preservaria não só a exploração econômica (pesca), mas serviria também para objetivos políticos (dificultar o trânsito de não-índios).

# Parlamentarismo é traição, diz Brizola

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, candidato do PDT à Presidência da República — seja qual for o tipo de Governo a ser adotado no País — garante que alguns constituintes estão traíndo o povo brasileiro, quando insistem em implantar o sistema parlamentarista no Brasil.

"Um povo — segundo ele que demonstra, quer um presidente que governe, desde a campanha das diretas, quando milhões saíram às ruas".

Afirmações como esta foram feitas aos jornalistas Sívio Leite (diretor-editor) e Sandra Costa (editora-assistente), do Jornal Congresso Nacional, que circulará no próximo domingo.

Em uma longa entrevista (quase quatro horas), — a mais extensa da vida de Brizola o ex-governador do Rio insinua que não pleiteia concorrer à Presidência da República, para depois admitir que a tendência natural de seu partido é convocá-lo às urnas.

Para derrubar o fantasma dos dois turnos que, segundo ele, foi mantido com o claro intuito de impedir o de chegar à Presidência, o ex-governador admite uma dobradinha com outro nome forte, talvez o de Luiz Ignácio Lula da Silva — que, de uns tempos para cá, se aproximou muito do PDT. Temos posições semelhantes — garante Brizola, — e nada mais natural do que pensarmos em seguir juntos nessa luta. "Mas, ainda é muito cedo para tratarmos do assunto, pois sempre estariam falando em hipóteses".

Explicou. Em entrevista ao JCN, Brizola também chamou de drástica a administração do presidente José Sarney e garantiu que nenhum governante, que não tenha sido legitimado pelo voto popular, pode ter o respaldo necessário para fazer as transformações que o País exige. Chamado Bresser Pereira de "Roberto Campos número VI", o ex-governador garante que o que está errado na economia brasileira, é modelo econômico ultrapassado e cheio de mitagens.

A política é a mesma. Só mudaram os nomes. Primeiro Roberto Campos, depois Simonsen, Delfim, Dornelles, Funaro e agora Bresser. O Plano Cruzado foi uma utopia e o Plano Bresser também é ruim. O que temos que entender são as causas que nos levaram a esta situação, para depois tentar resolvê-las — declarou.

O parlamentarismo, segundo ele, nada mais é do que um engodo do PMDB para continuar no poder. "Infelizmente, hoje, o Dr. Ulysses Guimarães foge de eleições. Quando foi que o PMDB defendeu o parlamentarismo? Este é mais um casuismo, bem parecido com o de 1961, quando os militares — respaldados pelo Congresso Nacional — adotaram essa fórmula para retirar poderes de João Goulart, disse.

PTB descarta fisiologismo

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, assegurou ontem que seu partido não pretende fazer acordos estaduais para as eleições do próximo ano que caracterizem a legenda trabalhista ou possam reforçar as acusações de que é fisiologista. Ele deu esta garantia ao vice-presidente do partido no Rio Grande do Sul, Rolf da Silva, que esteve em seu gabinete para reclamar de entendimentos que estariam sendo feitos no Estado com o PMDB.

Rolf da Silva pediu também ao líder do PTB que nomeie uma comissão provisória para o Rio Grande do Sul a fim de proteger o

# Torcida dos 4 anos espera 2 mil

O senador Affonso Camargo (PTB-PR) informou que chegará hoje a Brasília cerca de duas mil pessoas para pressionarem os constituintes de seus estados a votarem pela eleição para Presidente da República no próximo ano. Camargo acredita que a decisão a respeito do mandato, prevista para amanhã, será por uma diferença de três a quatro votos.

Considerado o principal especialista em votações no plenário, o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ) afirmou que o mandato de

cinco anos para o Presidente da República terá 50 dos 93 votos da Comissão de Sistematização. Poderá obter 52, incluindo os parlamentaristas.

A declaração do portavo- z Frota Neto de que será considerado inimigo do Presidente quem não votar pelos cinco anos, continua provocando reações e constrangimentos. O senador Camargo, por exemplo, afirmou que será feita uma advertência aos constituintes, através dos manifestantes, de que serão considerados inimigos do povo

se votarem pelos cinco anos.

"Toda a Nação deseja eleições para Presidente de imediato. Não aprová-las, pois, será um ato de hostilidade para com o sentimento popular, o que terá consequências" — frisa Camargo.

A maior dificuldade para um cálculo preciso da votação é o PFL. O líder do partido, deputado José Lourenço (BA), garante que só Sandra Cavalcante (RJ) e Alcenir Guerra (PR) votarão pelos quatro anos.

Considerado o principal especialista em votações no plenário, o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ) afirmou que o mandato de

cinco anos para o Presidente da República terá 50 dos 93 votos da Comissão de Sistematização. Poderá obter 52, incluindo os parlamentaristas.

LUIZ TAJES



A comissão acha que a divisão é só para criar cargos políticos

# Comissão vem de Goiás para evitar Tocantins

A divisão dos Estados continua sendo matéria polêmica na Constituinte, mobilizando diversos lobbies. A comissão representativa da campanha Goiás Não Se Divide quer a retirada dos destaques dos deputados Geraldo Campos, contra a divisão do Estado, e Siqueira Campos, a favor da criação de Tocantins, para "prestigiar" o parágrafo terceiro do capítulo sobre organização dos Estados.

O ex-governador e senador de Goiás, Jerônimo Bueno, membro da comissão, acredita que o dispositivo só se tornará efetivo caso seja aprovada emenda que determine a conclusão da divisão territorial da Amazônia abrangendo as áreas de quatro Estados: Amazônia, Pará, Mato Grosso e Goiás. Segundo ele a cisão vem sendo preterida desde o Império e "agora é o momento oportuno para se concluir o mapa do Brasil com a divisão dos territórios Amazônicos", diz.

A comissão considera o texto Sistematização referente à organização político-administrativa dos

Estados como sendo "excelente" e quer que o artigo 20 seja "conservado". Para isso acreditam que seja necessário a retirada dos destaques "para não ferir o dispositivo". Jerônimo Bueno afirma que sem a emenda o texto da Constituição continuará "incômodo em relação à Amazônia que soma mais de três milhões de quilômetros quadrados".

CAMPANHA

A campanha Goiás Não Se Divide envolve cerca de 100 pessoas divididas em dois comitês, em Brasília e Goiânia. No último dia 28 foi entregue ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a "Carta de Goiás" onde a divisão do Estado para criação de Tocantins é repudiada. Segundo o escritor Bernardo Ellis, membro da Academia Brasileira de Letras, a maioria dos meios de comunicação de Goiás está a serviço da divisão.

Bernardo Ellis acredita que a divisão enfraquecerá a Região Sul e não dará oportunidade de progresso à Região Norte, além de acarretar grandes despe-

sas. Já a professora e artista plástica, Maria Fleury Curado, também membro da comissão, afirma que se não houver reforma agrária no "pretenso" Estado não serão solucionados os problemas sociais da Região.

Maria Fleury acrescenta que o governo de Henrique Santillo elaborou um plano de regionalização que encaminhara a questão dos problemas sociais através de assistência direta às comunidades. Para o economista Clarivaldo Veloso da Costa o "norte" está iludido que, com a divisão territorial, o Governo vá investir mais na região.

GASTOS

Segundo dados da comissão o custo de instalação de um novo Estado está na ordem de 1 bilhão e meio de dólares, cerca de 200 bilhões de cruzados. A comissão entende que a população de Goiás quer melhores condições de vida. "A divisão só trará mais cargos políticos que beneficiarão uma panelinha, em detrimento da população", afirma.